



Nostalgia da Fronteira*

Miguel Castro**

Introdução

As fronteiras são uma representação política e simbólica da soberania de um Estado sobre um território, constituem-se como barreiras ou dificuldades aos movimentos de população. Os habitantes perto das linhas de separação sempre mantiveram relações, mais ou menos intensas dependendo da porosidade da fronteira e da capacidade do Estado impor controlo efectivo nestas áreas.

As relações entre as populações da Raia Ibérica sempre foram uma realidade, independentemente da eficácia do controlo alfandegário, sendo mais intensas quando o controlo suavizava e menores quando este se apresentava mais musculado. A persistência das interacções baseavam-se essencialmente em relações comerciais, ainda que o

efeito de barreira se fizesse sentir, as lícitas e, com maior significado económico, as ilícitas – o contrabando.

Numa época de esbatimento e diluição do efeito de barreira da fronteira, abre-se caminho para novas organizações e lógicas territoriais transfronteiriças, com fortes articulações entre pólos urbanos de forma a reforçar a coesão territorial destes espaços, especialmente aqueles que apresentam características de despovoamento, atraso económico e social face aos padrões médios nacionais. Esta lógica é fortemente apoiada pela União Europeia, expressa em documentos de política territorial de referência e também através de programas, com forte apoio financeiro, como é o caso do Interreg.

O surgimento de novas centralidades e a possibilidade de atingir massa

* Original na língua portuguesa de Portugal.

** Geógrafo, mestre e doutor em Geografia Humana. Escola Superior de Educação de Portalegre. C3i/Inst. Polit. de Portalegre/ Portugal. miguelcastro@esep.pt

crítica demográfica para viabilizar novas centralidades e justificar investimentos, são caminhos que este processo abre, para além de, provavelmente conduzir à construção de uma identidade transnacional, quer a nível regional, quer a nível do espaço europeu.

Não obstante esta realidade, focaremos a nossa atenção no facto do efeito de barreira da fronteira ter sido, ao longo de várias décadas uma realidade que permitiu a regiões deprimidas da fronteira seca entre Portugal e Espanha, através da actividade comercial, centrada no retalho e economias familiares, conseguir algum dinamismo da economia local e capacidade de fixação de população, algo que hoje não se verifica. Não obstante esta constatação, o cross-border shopping continua a ser responsável por grande parte das interacções das populações raianas que se podem observar através fluxos de cruzamento da, quase inexistente, fronteira.

Neste artigo apresentamos um caso de contrabando, que advogamos ser uma actividade, que em regiões de fronteira deprimidas, é determinante para a fixação de população e dinamismo para a economia local. O fenómeno de perda de população tem-se acentuado nas áreas marginais de fronteira entre Portugal e Espanha (no caso presente fronteira Alto Alentejo-Extremadura) desde a entrada em vigor dos acordos de Schengen e consequente diluição do efeito barreira, esta realidade contrasta com os contingentes populacionais que existiam quando o controlo alfandegário era mais efectivo e o contrabando possuía um carácter regional e local, e apenas marginalmente ou pontualmente virado para os grandes projectos de dimensão nacional ou transnacional, como é o caso do tráfego de Droga actualmente.



Elaboração própria

Mapa 1 - Área em estudo - Fronteira Alto Alentejo/Extremadura

A economia das populações raiana

A existência de uma fronteira com controlo alfandegário marca, sempre, a separação entre duas realidades distintas, num contexto de afirmação de soberania. Por definição a linha de fronteira é uma marcação até onde o poder do Estado-nação se estende. Desta forma, por muito cordiais que sejam as relações entre Estados e que os sistemas políticos sejam próximos ou similares, cada um estabelece as suas políticas autonomamente, a nível geral, mas igualmente em aspectos mais concretos como a moeda, impostos, taxas ou maior ou menor protecção económica. A forma como cada Estado gere o seu território pode marcar a forma como são discriminadas, positiva ou negativamente, as regiões e populações fronteiriças. Estas diferenças geram assimetrias no nível de vida, bens e serviços disponíveis de cada lado da fronteira. Desta forma, populações que estão geograficamente próximas tendem a estabelecer relações que lhes proporcionem vantagens comparativas para o seu quotidiano e lhes permitam ter acesso a bens e serviços que de outra forma estariam privados ou menos acessíveis em termos de distância, preço ou qualidade. A este relacionamento baseado na troca e compra de bens que beneficiam uma ou outra população de cada lado da fronteira chamamos economia de raia. Este tipo de relacionamento comercial, em termos locais, pode gerar maiores áreas de mercado e sustentar pequenos negócios; para, além disso, permitir um nível de vida onde algumas necessidades básicas estão asseguradas. Neste sentido, poderemos dizer que assegurando a sustentabilidade do quotidiano, as assimetrias geradas pela fronteira, conseguem fixar a população, ou pelo menos, diminuir o impulso ou necessidade de abandono destes espaços.

Uma das formas de comércio entre populações fronteiriças que melhor proporciona ganhos substanciais e permitem o aumento significativo de rendimentos familiares é o contrabando. Para além deste efeito, a passagem de mercadorias de um lado para o outro da fronteira, escapando ao controlo fronteiriço, alimenta também negócios, ou mesmo indústrias, de maior dimensão que aproveitam a localização de raia para se fixarem gerando emprego, facultando às populações meios de subsistência que as fixam aos locais.

Esta realidade do pequeno contrabando (ou mesmo de maior dimensão) existe em quase todas as fronteiras tomando maiores proporções quanto maiores assimetrias de desenvolvimento e qualidade de vida entre os dois ou vários países confinantes. Nas fronteiras da América Latina o comércio entre populações fronteiriças e, como é evidente, também o contrabando, é bem documentado em vários estudos levados a cabo por o Grupo de Estudos Multidisciplinares Cuidades y Fronteras, dirigido por Dilla Alfonso. Por exemplo, Valero (2008) estuda a fronteira entre a Venezuela e a Colômbia, Nogueira (2008) e Steiman (2002)

analisa Tabatinga, na fronteira amazônica do Brasil, Peru e Colômbia; muitas das abordagens apresentadas nos artigos do grupo RETIS relevam a importância do contrabando/comércio. Oliveira (2005/2009) analisando as relações fronteiriças e apresentando um referencial para a classificação de fronteiras, tem também em conta a importância da actividade comercial nestas relações.

O comércio e o contrabando estão sempre presentes nas regiões de fronteira quando esta se constitui num obstáculo, mais ou menos porosos, e a vivacidade e dinâmica maior ou menor destas actividades, vai proporcionar que a através do crescimento económico regional as populações se fixem e consigam emprego e modos de vida relativamente satisfatórios que compense a sua posição marginal face aos centros de decisão política e económica de cada país.

Esta realidade que enquadrámos, de forma breve, foi evidente também na fronteira entre o Alto Alentejo e a Extremadura espanhola. Dos casos de maior sucesso pessoal e económico, neste segmento de fronteira, que provêm da actividade contrabandista e que se reflectiram nos contingentes demográficos e na actividade económica regional, podemos apontar as indústrias de João Nunes Sequeira em Santo António das Areias (Concelho de Marvão), e com um significado nacional e transnacional a indústria de cafés Delta em Campo Maior.

Contrabando na fronteira Portugal/Espanha

O contrabando é talvez tão antigo como a história das fronteiras. É uma prática comercial, ilícita, mas é, indubitavelmente, comércio transfronteiriço e está presente na vida das populações fronteiriças, se não na prática efectiva, pelo menos na memória individual, mas principalmente colectiva. Esta prática assume maior significado quando o controlo alfandegário é mais rígido e quanto maior forem as diferenças de nível de vida e desenvolvimento entre os dois países, determinando o sentido principal dos fluxos.

A existência da fronteira levou, se bem que lentamente, a que esta adquirisse um papel importante, não apenas político, como também económico. “Frente a la imagen que se transmite con frecuencia, la franja fronteriza no solía tener una caracterización militar sino más bien económica” (PINTOR, 2011, p.285). O aspecto económico faz ressaltar a duração e importância do comércio transfronteiriço e igualmente da actividade do contrabando, que tem o seu início concomitante à delimitação política da linha de fronteira.

A prática de contrabando esteve presente na fronteira ibérica desde a Idade Média e ao longo de toda a história comum aos dois países. Muitos estudos e

documentos comprovam esta realidade. A sua prática generalizada das populações raianas foi uma das justificações para a criação do Corpo da Guarda Fiscal (1885), com um âmbito espacialmente mais alargado, no início, mas que durante o Estado Liberal se transformou definitivamente numa guarda de fronteira. Não obstante os esforços de fechar a fronteira à circulação de bens, a falta de efectivos, capacidade económica e organização não permitiram impedir a actividade ilícita entre Portugal e Espanha.

O contrabando foi sempre predominantemente virado para a pequena economia paralela regional, sem grandes repercussões a nível nacional. Localmente, esta actividade permitia, fundamentalmente aos portugueses, o acesso a bens e serviços que na marginalizada área de fronteira não existiam e possibilitavam a sobrevivência e aparecimento de pequenas empresas e indústria de base local, sem dimensão nacional relevante. Apenas no período de 36-39, durante a Guerra Civil Espanhola, o sentido do contrabando pendeu maioritariamente para o lado espanhol.

A transição entre os anos 70 e 80 do século passado foi internamente conturbada nos dois países. A Revolução de 25 de Abril e a morte de Franco, em 1975, levaram a que os dois países se virassem para a resolução dos seus problemas internos. Sem problemas de fronteira, ou políticos, entre os dois países, cada um dos Estados centrou-se no desenvolvimento e consolidação dos sistemas democráticos, deixando os espaços de fronteira, mais uma vez, à margem das dinâmicas económicas dos centros de poder e áreas de maior peso demográfico, que justificavam investimentos.

O contrabando entre Portugal e Espanha, apenas era tolerado até ao ponto em que não afectasse a economia dos países. A nível nacional constituía uma prática condenável e sempre foi motivo de polémica. Relativamente às consequências económicas do contrabando, Pereira (2001) ilustra, através de artigos da imprensa escrita, as polémicas sobre esta actividade. Salientam duas posições fundamentais; por um lado aqueles que advogavam a repressão de forma a proteger a economia nacional de tão nefasto mal; por outro, com posições que espantam pela sua antecipação à actualidade presente, advogavam uma união aduaneira entre os países ibéricos de maneira a que se pudesse aproveitar o potencial comercial e económico que estava escondido na prática contrabandista. Embora a opinião predominante fosse a de uma eliminação das alfândegas, como se pode verificar pelas muitas citações apresentadas, a posição contrária também era sustentada, como se pode ler a indignação do autor face a este fenómeno: “O contrabando entre nós não é um comércio cortado de aventuras trágicas, e dificultado por medonhos riscos. É mais do que isso. É um hábito inveterado, é uma prática feliz e o caminho seguro

da riqueza e da opulência; é a sedução das consciências mais defezas ao menor hábito do crime; é a corrupção organizada, disciplinada, e legalizada como um meio fácil e honesto de carear fortuna, e de lograr ambições. (...) Punido pelas leis, este crime esta desde muito indultado pelo uso, e absolvido pelos rezultados. A opinião publica, familiarizada com o abuzo não lhe pergunta já pelos meios empregados; olha só para os fins adquiridos. O contrabando feliz não conhece poder acima da sua omnipotência, e faz curvar aos seus pés a moralidade e as leis” (PEREIRA, 2001, p.577).

A posição predominante no século XIX parecia ser a eliminação das barreiras alfandegárias para travar o prejuízo económico trazido pelo contrabando – “A Hespanha gasta um dinheiro louco com os seus *carabineiros*, que não conseguem impedir, posto que incansáveis, os movimentos do contrabando; nós sustentamos a nossa *bicha* imoral da raia secca, cujas alfandegas não cobre pelo seu rendimento as despesas da sua manutenção” (PEREIRA, 2001, 569-570).

No século XIX português, os exemplos vindos da Europa, apontavam para o sucesso económico da abolição dos controlos alfandegários. Sousa Brandão, “Apontando os exemplos da Prússia, França e países de Itália, considerava que a Espanha não se devia ficara penas pela renegociação da navegação do Douro, antes deveria promover a eliminação total das fronteiras e a união das alfândegas de uma forma veemente e enérgica” (PEREIRA, 2001, p. 570).

Ao contrário da actualidade, onde a Esquerda se mostra mais relutante à eliminação dos controlos aduaneiros, na segunda metade de XIX, era esta facção que se mostrava mais entusiasmada com as vantagens para o comércio ibérico e com a eliminação das desvantagens económicas do contrabando – “É necessário que este grito *abaixo as alfândegas*, seja repetido por todos os homens de trabalho, por todo o lavrador e operário de qualquer classe” (PEREIRA, 2001, p.570).

Entre Portugal e Espanha a prática do contrabando, que actualmente é residual devido à abertura das fronteiras, está envolta entre mitos e realidades muito diferenciadas. Em grande parte da população, principalmente a que habita as regiões confinantes à fronteira, o contrabando e o contrabandista possuem uma carga mítica e de romantismo, que embora possa ser muito atraente em termos literários e da memória colectiva, não é tão atraente no antigo quotidiano dos pequenos contrabandistas, ou mesmo dos guardas-fiscais.

Do ponto de vista da História existem muitos outros trabalhos sobre a fronteira interna da península, mais virados, como é compreensível, para uma visão diacrónica e não para uma abordagem espacial; para além destes estudos, vários trabalhos focam-se na vivência da fronteira e dos modos de vida, com particular in-

cidência no contrabando. São exemplos: o livro de 2009 “Contrabando na fronteira Luso-Espanhola” (FREIRE, ROVISCO e FONSECA, 2009) ou, mais recentemente, Arlindo Sena (2010) e Martín Martín (2003), numa perspectiva histórica mais abrangente. De forma espacialmente mais restrita, as “Relações transfronteiriças na raia do concelho de Idanha-à-Nova (Tempo, espaço e memória) (SALVADO, 1996) ou em 2007 um olhar sobre Barrancos durante a guerra civil espanhola (SIMÕES, 2007). Porém, não é do lado da História que pretendemos estudar o fenómeno do comércio e consumo nas regiões de fronteira.

O herói destemido que cruzava a fronteira, durante a noite, para vender e comprar produtos de sustento para a família e conseguir um rendimento maior e um melhor nível de vida, não corresponde ao geral das práticas e memórias dos contrabandistas. “Eram tempos duros e de fome, fazia-se o que se tinha de fazer. Era perigoso e não compensava tanto como as pessoas pensam².” Não obstante esta realidade, a prática comercial é talvez das mais marcantes para a criação de um espírito de vivência fronteiriça.

A região raiana de Portugal com Espanha sofreu um afastamento e subdesenvolvimento face ao resto do país. A posição marginal de afastamento aos centros de decisão levou a que as populações encontrassem “*modus vivendi*” que lhes permitissem o acesso ao que os centros de decisão lhes negavam ou negligenciavam.

Fruto destes expedientes e modos de vida de permanente contacto com o outro, estabelecem-se espaços de alteridade, de conhecimento e compreensão do outro e de uma outra realidade que, ao longo dos anos, constrói uma cultura composta; não se deixa de ser nacional, mas passa-se a ser também fronteiriço. O caso da vila de Barrancos é um exemplo muito focado e emblemático do hibridismo fronteiriço.

Porém, o contrabando é uma actividade com uma complexidade de abordagens que vai para além do aspecto comercial. Se do ponto de vista político era censurável e não admissível, o facto é que o pequeno contrabando contribuía para a paz social, proporcionando às famílias de menores recursos a subsistência, diminuindo possíveis tensões sociais, principalmente a nível local e, concomitantemente aliviar a necessidade de atenção a esta parte longínqua do território nacional. Vítor Pereira (2010, 591), a partir de vários autores refere “que o contrabando reforçou a reprodução das desigualdades nas sociedades camponesas galegas e constituiu uma espécie de válvula de escape para as tensões económicas, sociais e políticas”.

A partir dos contributos de Dulce Freire e Eduarda Rovisco (2009), o mesmo autor refere que “o contrabando, além de representar uma fonte indispensável de recursos para os camponeses pobres, é também instrumentalizado por parte

das elites locais para assegurar a paz social, reproduzir as diferenças sociais e, em alguns casos, obter lucros importantes” (PEREIRA, 2010, p. 591).

A obra de Dulce Freire *et al* reflete a diversidade de abordagens possíveis ao fenômeno do contrabando visto dos dois lados da fronteira; no entanto, as abordagens são essencialmente históricas, sociológicas e antropológicas. Do ponto de vista da espacialização do fenômeno, é quase impossível reconstituir as rotas e caminhos do(s) contrabando(s) a nível local, e regional. Toda a fronteira luso-espanhola foi palco deste fenômeno, não pondo em causa a existência de regiões mais emblemáticas do que outras, quer de um lado, quer do outro, como são os casos de Penha Garcia, Soito, Quadrazais, Fóios ou Campo Maior no lado Português.

Esta memória tem sido de alguma maneira perpetuada em pequenos museus dedicados ao contrabando, como são os casos de Santana de Cambas (Mértola), Melgaço, e do lado espanhol, Vilardevós (Ourense), Ciudad Rodrigo (Salamanca) ou Oliva de la Frontera (Badajoz) estudados por Maria Lois e Heriberto Cairo (2011).

As rotas de contrabando são também publicitadas como produto turístico oferecido pelas autarquias, juntas de freguesia, hotéis ou empresas de animação. Em termos turísticos as rotas de contrabando são mais lúdicas e apresentam-se quase como uma forma de desporto e aventura, no caso dos poderes locais e associações recreativas e outros actores da sociedade civil, em pequenas vilas e lugares promovem uma verdadeira ligação entre populações de fronteira. Nestes pequenos lugares estes eventos são dirigidos à população local (dos dois lados) e promovidas por actores portugueses e espanhóis. Nestes convívios recordam-se histórias de contrabando, mas, fundamentalmente, fazem-se amigos e aprofundam-se relações, onde nem a língua, nem a fronteira fazem sentido como linha de separação.

Parece-nos, importante realçar, que o contrabando como forma de comércio cria relações e vivências próprias das regiões de fronteira, tal como sustentamos. Não pondo em causa outras formas de cooperação transfronteiriças mais institucionais e igualmente importantes, ao nível das populações, é a partir do comércio que se criam relações mais amplas que virão a suportar pela base os outros processos em curso. A sustentar a importância do comércio das populações, Amante (2007, p. 51) refere: “A forte relação entre pessoas de Fóios e das Eljas está alicerçada precisamente na actividade do contrabando. As relações económicas e sociais tradicionais da população dos Fóios foram muito estritas com as Eljas e Valverde del Fresno do que com outros pueblos raianos.”

Contrabando na fronteira alto Alentejo/Extremadura (Península Ibérica)

A realidade espacial deste troço transfronteiriço é ainda muito marcada pelo comércio a retalho. Elvas, por exemplo, para além de ao longo da sua história ter tido um papel militar importante, sempre se afirmou como uma cidade comercial, virada mais para os espanhóis do que para a população local. Para além de ser um centro urbano também ligado à centralização de produção agrícola, a vivência da cidade e o modo de vida das populações estiveram sempre ligados à cidade espanhola de Badajoz.

Quando as fronteiras eram muito controladas, uma das actividades mais significativas entre os dois lados foi o contrabando, de maior ou menor dimensão, ou de maior ou menor organização. Este sempre foi potenciador de relações, contactos e cumplicidades entre povos e capaz de criar ligações e modos de vida apenas possíveis na fronteira.

Este tipo de complementaridades e de actividade comercial são apelidados por Oliveira (2009, s.p.) de complementaridade visível: “(...) independentemente da actuação dos organismos económicos, a população em geral, cruza a fronteira para adquirir uma diversidade de mercadorias e serviços (saúde, educação, etc.), transaccionar moedas sem considerar os trâmites formais e, na maioria dos casos, tolerada – aqui chamada de complementaridade visível”.

No segmento da fronteira considerado existiam dois postos principais (Galegos a norte e Caia a sul), mas muitos outros pontos de passagem, também controlados, mas com menor eficiência existiam e, devido à proximidade das pequenas aldeias e lugares com o país vizinho, eram palco para contrabando. A proximidade por vezes é tal que o que separa Portugal de Espanha é apenas um marco ou um pequeno ribeiro, como é o caso da aldeia do Marco, Arronches, onde existe uma ponte com 4 ou 5 metros que atravessa a ribeira, sendo o casario contínuo entre os dois territórios.

Para além das localidades que continham postos de fronteira, existem muitos outros pequenos lugares que bordejam a linha de separação entre países, numa distância de menos de dois quilómetros em linha recta e onde não existia qualquer controle. As populações destes povoados sempre mantiveram ligações íntimas devido à proximidade e inexistência de controlo efectivo. As populações cruzavam a fronteira sem que esta tivesse qualquer visibilidade – apenas um marco no terreno – para trocarem produtos e aliviarem isolamento. Estas condições de isolamento e marginalidade tornaram estes pequenos lugares em áreas de passagem de contrabando e de contrabandistas, que tentavam aumentar os seus recursos com algum dinheiro adicional, mesmo que com risco, mas sempre contando com

a cumplicidade entre portugueses e espanhóis raianos. Esta cumplicidade é também relatada por habitantes das localidades de Portagem, Galegos, Pitaranha e Fontañeira, onde o contrabando se constituía como o complemento essencial à pobre agricultura de subsistência.

O atravessar a fronteira constituía sempre um risco, não apenas de ir preso, mas, mais importante ainda, de ficar sem o sustento conseguido nessa noite, como demonstram os testemunhos de algumas contrabandistas, em entrevistas ao Portal TudoBem, Informação Regional – 2011, da região de Portalegre. A intimidade entre as duas populações servia para trocarem informações sobre a Guarda Fiscal portuguesa ou os Carabineiros espanhóis. Sabiam os nomes, os feitios e os modos de agir dos Guardas. Conforme o guarda que os apanhava, os contrabandistas sabiam o que esperar da sua actuação: ficar sem o produto, ir preso, sofrer represálias no dia-a-dia no lugar ou vila de residência, ou, muitas vezes, ser sovado.

O pequeno contrabando e a actividade comercial ilegal que se estabelecia nas localidades menores tiveram uma importância económica marginal. Serviam fundamentalmente para as famílias terem uma fonte de rendimento maior e acesso a bens que estavam mais longe nas cidades portuguesas, do que dos seus vizinhos do outro lado da fronteira. Para além deste aspecto, os homens e mulheres que atravessavam a fronteira ficavam também conhecedores de percursos e relações que lhes permitiam trabalhar para outro tipo de patrões, para os quais o contrabando teve uma relevância para o crescimento e afirmação dos seus negócios.

São os casos de Campo Maior e a indústria do café, e de Santo António das Areias, com as indústrias da Família de João Nunes Sequeira, ambos os casos ainda hoje em actividade. No segundo caso, João Nunes Sequeira, cujo busto está numa praça de Santo António das Areias, embora a indústria que ainda hoje subsiste seja ligada à agro-indústria, no princípio foi a indústria de borrachas e calçado. O contrabando foi, segundo testemunhos, a actividade que permitiu fazer a fortuna suficiente para investir nas indústrias. Muitas histórias caricatas se contam do contrabando realizado a mando deste empresário. Por exemplo, o contrabando de sapatos não era feito por pares; primeiro vinham os sapatos esquerdos e, numa segunda vez, os direitos. Este estratagema salvaguardava a mercadoria; se a mercadoria fosse confiscada, teria que, mais tarde, ser leiloada em hasta pública; devido a ser um lote de um só pé (direito ou esquerdo) os sapatos eram vendidos muito baratos (e comprados por João Nunes Sequeira) uma vez que ninguém estaria interessado em comprar grandes quantidades de sapatos de um só pé. Só depois destas operações o empresário mandava contrabandear o segundo lote de sapatos sem par.

Após a adesão dos países ibéricos à U.E., o contrabando ficou ligado fundamentalmente a redes de tráfico de produtos ilícitos, tabaco ou pontualmente a outros produtos com contraste de preços de tal forma substancial que compense o risco de operações ilegais. No entanto, este tipo de contrabando já não está ligado às, mas a complexas redes internacionais que, muitas vezes, utilizam as fronteiras como porta de entrada e saída dos seus produtos para o interior da Europa, ou como porta de saída, por mar, para o norte da Europa. É o caso das redes de tráfico de droga. Na fronteira do Caia/Badajoz não é raro haver apreensões de quantidades significativas de droga, que têm como destino os países da Europa central e do norte.

O contrabando que teve significado na fronteira hispano-lusa, principalmente para as populações e imaginário regional, prende-se com o que a OIT denomina como economia informal: a “Resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho” (2005, p. 7) diz-se que a expressão economia informal “refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais”.

O contrabando pode inserir-se neste contexto, de um crime aos olhos da lei, mas uma actividade olhada com condescendência pela população e instituições da sociedade civil, principalmente quando era praticado pelas populações com o propósito de equilibrarem as economias familiares, ainda que estivessem a trabalhar para contrabandistas com um objectivo económico mais amplo e relacionado com os padrões das indústrias ou outras actividades, como o comércio a retalho ou por grosso.

A fronteira, para as populações raianas e para as empresas aí localizadas, constitui-se como um recurso para as suas economias, tão importante como matéria-prima ou a mão-de-obra estritamente industrial. Este recurso vai reflectir-se no desenvolvimento das povoações de fronteira, tipicamente marginais aos processos de desenvolvimento que ocorriam nos grandes centros, para conseguirem atrair ou reter a população devido ao emprego gerado directa e indirectamente pelo contrabando.

O período em que o contrabando teve maior significado nesta área situa-se desde a década de 30 aos anos 50. A partir deste período, a actividade contrabandista começa a decair, por várias razões. O fim da IIª Guerra Mundial e o forte crescimento e desenvolvimento da Europa, com necessidade de grandes contingentes de mão-de-obra, constituíram um forte apelo à emigração, para uma população que pouco tinha e numa região que apresentava fortes *hadicaps*, face ao litoral. Na

década de 60, para além da razão atrás referida, que continuava a fazer-se sentir, foi igualmente a década do desenvolvimento e afirmação da cintura industrial da Área Metropolitana de Lisboa como pólo industrial, com empresas intensivas em mão-de-obra, ocorrendo o acentuar da litoralização nacional. Concomitantemente, o início da Guerra Colonial foi também um dos factores que tiveram forte impacto demográfico no Alto Alentejo.

A própria estrutura do contrabando foi-se modificando. Progressivamente, a motorização foi invadindo esta actividade, agora controlada por empresas industriais da região que conseguiram o seu crescimento à custa dos lucros realizados nas décadas de 30, 40 e 50. É o caso dos cafés Delta, de Campo Maior como demonstra Luís Cunha (2006) ou das indústrias de Santo António das Areias.

A motorização levou a uma diminuição significativa das necessidades de mão-de-obra. Um automóvel ou um camião substituíam vários homens, eram mais rápidos e baratos. Noutra perspectiva, também poderia ser uma desvantagem, pois se capturados pela Guarda Fiscal, os prejuízos seriam maiores; no entanto, era compensador face ao número de apreensões. O pequeno contrabando e a troca e venda de pesetas continuaram, mas com um significado residual e apenas com alguma repercussão nas economias familiares.

Após a adesão dos países ibéricos à então CEE, a fronteira inicia o seu processo de diluição, desaparecendo por completo o efeito de barreira para as populações a partir do Tratado de Schengen (1995) e a adesão à moeda única. O contrabando persiste apenas na memória colectiva fazendo parte, não apenas da história, mas essencialmente, parte de uma identidade regional ainda presente nesta época, que pela globalização, nos parece forçar à homogeneização, os regionalismos evidenciam-se, podendo tornam-se em produtos com expressão económica e fortes ferramentas de marketing territorial e urbano.

A demografia das regiões de fronteira Alto Alentejo/Extremadura

A dinâmica económica gerada pelo contrabando vai possibilitar que as populações possuam empregos e um mínimo de rendimentos que lhes permite, mesmo dentro de uma economia de subsistência ainda muito ruralizada, fixar-se nos locais e não ser forçada a emigrar (internamente ou para o exterior). Este facto pode ser comprovado pelos dados demográficos dos municípios fronteiriços do Alto Alentejo e Extremadura (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Evolução da população dos municípios portugueses – fronteira alto Alentejo/Extremadura: 1930 – 2011

	Arronches	Campo Maior	Cast. de Vide	Elvas	Marvão	Nisa	Portalegre
1930	6355	8255	6794	24185	6796	16433	23964
1940	6899	9136	7269	28629	7559	18628	25942
1950	9532	10064	7178	29969	8290	19920	28074
1960	6818	9887	6538	28526	7478	17976	28384
1970	5195	8390	4474	22566	5536	13719	25458
1981	4301	8453	4150	25528	5334	10682	27701
1991	3619	8605	4160	24350	4379	9675	26029
2001	3389	8387	3872	23361	4029	8585	25980
2011	3165	8456	3407	23078	3512	7450	24930

Fonte: INE Pt (Elaboração própria)

Tabela 2 - Evolução da população dos municípios espanhóis – fronteira alto Alentejo/Extremadura

	Albuquerque	Badajoz	Cedillo	La Codosera	San Vicente de Alcântara	Val. de Alcântara
1930	10083	43726	1151	1762	10893	12748
1940	10015	55869	1243	2913	10269	15415
1950	10113	76098	1461	3248	10026	15609
1960	10054	96317	1071	3344	9652	13159
1970	7804	101710	985	2704	7940	8315
1981	6121	114361	665	2283	6028	7972
1991	5714	130247	555	2554	5881	6577
2001	5605	136319	540	2372	5927	6076
2011	5580	151214	490	2292	5788	6127

Fonte: INE Pt/Esp – Elaboração própria

Podemos verificar que de 1930 a 1950 quase todos os municípios de fronteira, portugueses e espanhóis, registaram aumentos demográficos com significado. Do lado espanhol apenas San Vicente de Alcântara perde população de forma sistemática; no entanto, todas as perdas demográficas acentuam-se a partir da década de 60. Os outros municípios apresentam ganhos populacionais que só se justificariam pela capacidade de manutenção e alguma atractividade para as populações. Este facto teria que estar ligado a algum desenvolvimento local que permitisse o mínimo de qualidade de vida, face a outros concelhos para onde a população poderia emigrar fugindo de dificuldades e níveis de vida bastante fracos. Podemos afirmar que muita da actividade local em termos de emprego e vida económica estava directa ou indirectamente ligada ao contrabando. Assim, a existência da fronteira como barreira aos fluxos económicos e como factor gerador de assimetrias e consequentemente de vantagens comparativas, foi nestas déca-

das um factor de desenvolvimento local e regional determinante para a fixação de populações.

A partir da década de 50 e, fundamentalmente, dos anos 60, o crescimento demográfico inverte-se de forma acentuada dos dois lados da fronteira. Apenas Badajoz, capital económica da Província da Extremadura, se afirma como pólo capaz de atrair e fixar população e, conseqüentemente, investimentos (Tabela 3).

Tabela 3 - Variação da população dos municípios espanhóis – fronteira alto Alentejo/Extremadura

	Δ% pop. 30-40	Δ% pop. 40-50	Δ% pop. 50-60	Δ% pop. 60-70	Δ% pop. 70-81	Δ% pop. 81- 91	Δ% pop. 91-01	Δ% pop. 01-11
Portugal								
Arronches	8,4	39,6	-28,5	- 23,8	- 17,1	-15,9	- 6,4	- 6,6
Campo Maior	10,7	10,2	- 1,8	- 15,1	1,9	10,2	- 2,5	0,8
Cast. de Vide	7	- 1,3	- 8	- 31,7	- 6,4	0,2	- 6,9	- 12
Elvas	18,4	4,7	- 4,8	- 20,9	10,7	- 4,6	- 4,1	- 1,2
Marvão	11,2	9,7	- 9,8	- 26	- 2,1	- 17,9	- 7,8	- 12,8
Nisa	13,4	6,9	- 9,8	- 23,7	- 21,8	- 9,4	- 11,3	- 13,2
Portalegre	8,3	8,2	1,1	- 10,3	7,3	- 6	- 0,2	- 4
Espanha								
Albuquerque	- 0,7	0,8	-0,6	- 22,4	- 21,6	- 6,7	- 1,9	- 0,5
Badajoz	27,7	36,2	26,7	5,6	12,4	13,8	4,7	10,9
Cedillo	8	17,5	- 26,7	- 8	- 32,5	- 16,5	- 2,7	- 9,3
La Codosera	65,3	11,5	3	- 19,1	- 15,6	11,9	- 7,1	- 3,4
San Vicente de Alcântara	- 5,3	- 2,4	- 3,7	- 17,7	- 24,1	- 2,4	0,8	- 2,4
Val. de Alcântara	20,9	1,3	- 15,7	- 36,8	- 4,2	- 17,5	- 7,6	0,8

Fonte: INE Pt/Esp – Elaboração própria

Em termos das práticas de contrabando é também o início da motorização, ficando a tradicional passagem a pé da fronteira como residual e ligada essencialmente às pequenas economias familiares. A motorização, dispensando grandes quantidades de mão-de-obra, leva a um aumento dos lucros fruto do contrabando o que origina outra actividade industrial, mais virada para um mercado mais alargado (nacional), que embora necessitando de mão-de-obra, não foi suficiente para absorver a população ligada ao contrabando e dinamizar os pequenos negócios locais.

A nível das freguesias, do lado português (do lado espanhol não encontramos dados comparáveis à mesma escala territorial), a situação ainda se revela mais evidente. Principalmente naquelas que se localizam muito perto da fronteira e/ou que se encontram em locais isolados, propícios à prática do contrabando, a população cresce com valores significativos até à década de 50 e 60.

Na variação de 30 a 40, a população cresce em quase todas as freguesias. Apenas Reguengo (Portalegre) e Mosteiros (Arronches) apresentam um decréscimo. Em Campo Maior, apenas uma freguesia apresenta aumento da população. No caso das primeiras a explicação pode estar na sua distância à linha de fronteira. 4 ou 5 km a pé podem, em termos de actividade contrabandista tradicional, ser um factor a ter em conta quando se carregavam, por vezes, fardos de 50Kg. Em Campo Maior, a freguesia de Degolados “sofre” do factor “distância a pé” à fronteira; no caso de São João Batista, que decresce, e de Nossa Sr.^a da Expectação, que aumenta de efectivos populacionais, podemos apenas inferir que a actividade contrabandista estaria controlada pelos negócios de café da Família Nabeiro, o que concentraria a mão-de-obra disponível e tenderia a baixar o pequeno contrabando individual, ligado aos negócios locais. Estes negócios locais eram essenciais para as pequenas economias familiares e proporcionavam rendimentos suficientes para uma fixação de população.

Um caso interessante é o da freguesia de S. Julião. “Perdida” na serra de S. Mamede, perto da fronteira, a povoação quase passa despercebida a quem se perde por estas estradas e caminhos. Segundo os resultados provisórios, esta pequena povoação possui em 2011, 342 residentes. Nos anos trinta a população era de 1433, nos censos de 40 chegava aos 1880. Nesta época, segundo testemunhos, a actividade económica, principalmente comercial, fazia a povoação parecer uma vila movimentada. Espanhóis e portugueses transaccionavam produtos e bens de primeira necessidade. A guerra civil espanhola deixou as populações da fronteira com Portugal ainda mais isoladas e sem acesso a bens essenciais, como alimentação ou vestuário. A proximidade com Portugal levou a que estas populações recorressem ao lado português. Em São Julião existiam poucas unidades comerciais, mas que eram bastante bem fornecidas por estabelecimentos de Portalegre (cidade mais próxima e capital de Distrito), que embora de pequena dimensão, conseguiam ter o necessário para suprimir as faltas da população espanhola.

O contrabando era, nesta altura, feito por espanhóis, de Portugal para Espanha. As casas comerciais de Portalegre forneciam pequenos bazares e mercearias de São Julião e estas serviam de intermediário para com as populações espanholas. O comércio da freguesia de Esperança, concelho de Arronches, também beneficiou de forma semelhante ao que se passou em S. Julião. No Marco, pequena povoação separada do Marco de Espanha por uma pequena ponte, ainda hoje podemos averiguar sobre o contrabando Portugal/Espanha durante a guerra civil. Na povoação de Marco, Espanha, um dos principais estabelecimentos comerciais actuais vem directamente destes anos do contrabando. O proprietário espanhol é descendente de pai castelhano e mãe portuguesa; durante o período da guerra de Espanha

construíram uma vida baseada no seu estabelecimento comercial, que subsistia directamente do contrabando, inevitável, com as populações portuguesas.

O essencial destes exemplos está relacionado com a actividade comercial e, em particular, com o contrabando. Nesta região, o caso de maior sucesso e importância a nível económico, industrial e de mercado de emprego terá sido o de Campo Maior e dos cafés. Porém, todas estas populações sempre tiveram uma vivência de contrabando e de trocas comerciais que permitiram não apenas o aproximar de populações, como construir um modo de vida particular, específico das regiões da fronteira entre os dois países ibéricos.

Após 1986 e particularmente após Schengen, o modo de vida ligado ao contrabando desapareceu, ficando apenas as memórias que interessa preservar; a mais importante, não é tanto a constante passagem de fronteira, mas a relevância de um modo de vida regional que ficou marcado, e que continua a subsistir, tendo por base a actividade comercial, que ainda hoje é o principal motivo dos fluxos transfronteiriços, numa época em que o caminho da U. E. aponta, claramente, para um processo de integração regional, onde as fronteiras políticas caminham para a diluição, isto é, para um processo de *debordering*.

Nostalgia da fronteira

Portugal e Espanha estão actualmente mais ligados do que alguma vez aconteceu na sua história. Pertencem ao mesmo bloco político, social e económico, a União Europeia; partilham a mesma moeda, estão dentro do espaço Schengen e, devido a estas ligações, as fronteiras como barreira para a circulação de bens e pessoas deixou de ter significado real. Ela pode estar presente na memória colectiva dos habitantes destas regiões, mais marcadamente nas populações mais idosas; nos mais jovens e adultos a fronteira tem apenas um significado simbólico da separação geográfica entre os dois países, mas não representa qualquer obstáculo à mobilidade e vivência. Esta nova realidade vai conduzir, a médio e longo prazo a novos rearranjos espaciais entre os núcleos urbanos fronteiriços, novas entidades espaciais e políticas, como são os projectos existentes de formação de regiões transfronteiriças e eurocidades binacionais, onde a gestão dos recursos, de forma comum, levará ao desenvolvimento de dinâmicas positivas para as populações, maximizando os benefícios e a diminuindo os custos, como já existe em várias regiões de fronteira do centro e norte da união Europeia.

Desde a adesão dos países ibéricos à então Comunidade Económica Europeia, o atraso social e económico foi desaparecendo através de políticas de desenvolvimento regional que levou qualidade de vida aos mais pequenos núcleos populacionais. Por outro lado, a democratização do ensino, acesso generalizado

à informação e a concentração de infraestruturas de apoio às populações, como hospitais ou escolas secundárias, nos centros urbanos com dimensão suficiente para viabilizar estes equipamentos, conduziu a um abandono das pequenas povoações, verificando-se um movimento populacional para estes centros. Ficam os idosos e as memórias.

Nas áreas de fronteira interna da península ibérica, embora as inovações e infraestruturas de base tenham chegado, o afastamento para os padrões de desenvolvimento das médias nacionais persistiu. Este desnivelamento aumentou os movimentos dos fluxos demográficos para os centros de maior desenvolvimento. A desvalorização da função de fronteira e a uniformização dos padrões de vida e consumo conduziu a que estas áreas deixassem de possuir qualquer atractivo para a fixação de populações ou capacidade de atrair e fixar investimentos produtivos e reprodutivos. Tornaram-se áreas de passagem, despovoadas. Quem viaja por estas áreas encontra aldeias e povoações quase fantasma, onde os poucos habitantes, vivem das memórias de quando na sua localidade ainda existiam crianças a brincar e onde de uma forma ou de outra a fronteira e as assimetrias por ela provocada permitiam a subsistência e geravam algum dinamismo económico que fixava gentes e negócios. Estes velhos habitantes - que já não tem utilidade para uma sociedade onde apenas os produtivos que geram algum aporte para a economia dos países possuem o privilégio de poder estar um nível acima da subsistência - sentem a nostalgia da fronteira e da visibilidade que esta permitia ao seu local de residência. Vivem agora de recordações e mitos do contrabando e dos heróis que mesmo com risco asseguravam a vida a todos os que desejavam ficar nas suas terras.

Bibliografia

- AMANTE, M. *Fronteira e identidade: construção e representação identitárias na raia luso-espanhola*. Lisboa: UTL/ISCSP, 2007.
- BERG, Eiki e HOUTON, Henk van (org.). *Routing borders between territories, discourses and practices*. Ashgate Inglaterra, 2003.
- CUNHA, Luís. Dinâmicas e processos de transformação económica: do contrabando à indústria do café em Campo Maior. *Etnográfica*, Vol. X (2), Lisboa, 2006.
- HOUTON, Henk van et al. *Bordering space*. Ashgate. Inglaterra, 2005
- LOIS, Maria; CAIRO, Heriberto. *Border-Crossing and Transborder Mobilities: The Touristic experience at the Spanish-Portuguese Border*. Lisboa: IGOT, 2011.
- MARTÍN MARTÍN, José L. La tierra da las 'contienidas': notas sobre la evolución de la raya meridional en la edad media. *Norba, Revista de História*. Vol. 16, 1996-2003. Cáceres: Un. de Extremadura, 2003.
- OIT. *OIT e a Economia Informal*. Lisboa: OIT, 2005.

- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Frontières en Amérique Latine: réflexions méthodologiques. Espaces et Sociétés*, n. 138, Paris, 2009.
- PEREIRA; Maria da Conceição Meireles. *O Contrabando Luso-Espanhol no século XIX - o discurso dos teóricos. O Contrabando e outras histórias. Caderno nº 1, CENPA, FLUP, 2000-2001. Porto, 2001.*
- PEREIRA, Vitor. Notas de leitura sobre o livro de (coords.). *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios. Análise Social*, vol. XLV (3.º). Lisboa, 2010.
- PINTOR, José Manuel Pérez. *Dimensión y tipología de las relaciones transfronterizas en la frontera hispano-lusa (Extremadura-Alentejo-Región Centro)*. Cáceres: UNEX, 2011.
- SALVADO, P. *Relações transfronteiriças na raia do concelho de Idanha-a-Nova (tempo, espaço e memória)*. Lisboa: FCSH/UNL, 1996.
- SENA, Arlindo Pestana da Silva F. La práctica del contrabando en la raya del Distrito de Portalegre (1850-1930). *Revista de Estudos Extremenos*, Tomo LXVI, Nº 1. Badajoz, 2010.
- SIDAWAY, J. Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands. *Geopolitics*, 1557-3028, Volume 7, Issue 1. Londres, 2002.
- SIDAWAY, James D. The poetry of boundaries. Reflections from the portuguese-spanish borderlands. in *Bordering space*. HOUTON, Henk van et al. (coord.). Ashgate, Inglaterra, 2005.
- SIMÕES, M. *Barrancos na encruzilhada da guerra civil de Espanha*. Memórias e testemunhos. Lisboa: Colibri, 2007.